



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

SENTENÇA

Processo nº: **1012129-78.2017.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Monitória - Prestação de Serviços**
 Requerente: **Marcos Antonio Freitas**
 Requerido: **Casa de Saude e Maternidade São Carlos Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **VILSON PALARO JUNIOR**

Vistos.

MARCOS ANTONIO FREITAS, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Monitória em face de Casa de Saude e Maternidade São Carlos Ltda, também qualificado, alegando seja credor da importância de R\$ 159.455,70 representada pelo contrato de prestação de serviços contábeis e respectiva planilha de cálculo de honorários mensais, com valores atualizados até o mês de outubro de 2017 e incluindo a multa pelo descumprimento contratual, requerendo a expedição do mandado de pagamento pelo valor atualizado da dívida.

A ré opôs embargos ao mandado alegando, preliminarmente, impropriedade da via processual uma vez que contrato firmado, não estando assinado por testemunhas, não se prestaria a instruir ação monitória, tanto que não haveria reconhecimento de firma com carimbo do Cartório, levando à conclusão de que teriam sido substituídas, impugnando ainda a falta de juntada das notas fiscais ou recibos de prestação de serviço de assessoria contábil, aduzindo tenha havido pagamento proporcional dos serviços prestados, concluindo pela improcedência da ação monitória.

O autor/embargado respondeu alegando que o contrato de prestação de serviços juntado configuraria documento hábil o bastante para instruir a ação monitória, contendo indicação de valor líquido e certo, comprovando a relação jurídica havida entre as partes e estando acompanhado de demonstrativo do débito, salientando que a assinatura das duas testemunhas, embora não identificadas, poderiam ser facilmente nominadas nos autos, e que, embora reste afastadas a possibilidade de execução do contrato, por configurar ele documento escrito sem eficácia de título executivo, devido seria este procedimento, destacando que a ré não nega a validade do contrato e confessa a relação, embora pretenda discordar dos valores exigidos, alegando que não reconhece os honorários de R\$ 12.000,00 por mês e tampouco a multa compensatória de R\$ 24.000,00, por faltar aviso prévio, argumentos que entende devam ser tidos por litigância de má-fé uma vez que a obrigação de pagamento dos honorários no valor de R\$ 12.000,00 por mês constaria expressamente da *cláusula 4.2* do contrato de fls. 16 e a multa da *cláusula 5.1.1* de fls. 17, concluindo pela improcedência dos embargos.

É o relatório.

DECIDO.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

O contrato de prestação de serviços contábeis acostado às fls. 14/18 é, de fato, documento escrito suficiente a embasar a presente ação, provando a existência da relação jurídica entre as partes e, até que se tenha comprovados os pagamentos dos honorários mensais, de dívida líquida e certa.

Dizer que o contrato *"não é legítimo"* porque o Juízo da 4ª Vara Cível o teria recusado à execução, não pode, com o devido respeito, ser admitido, atento a que lá se cuidava de ação de execução e, aqui, de ação monitória, onde o requisito é justamente que o documento escrito não disponha de força executiva, a propósito da clara redação do art. 700, do Código de Processo Civil: *"a ação monitória pode ser proposta por aquele que afirmar, com base em prova escrita sem a eficácia de título executivo, ter direito de exigir do devedor capaz: I- o pagamento de quantia em dinheiro"*.

Do mesmo modo a afirmação de que teriam havido substituição de folhas do contrato não pode ser acatada, atento a que se trate de afirmação genericamente lançada, sendo de se esperar que, se verdadeira dita premissa, teria a ré/embargante plenas condições de apontar qual o conteúdo verdadeiro e qual o substituído, principalmente porque se trata de documento comum às partes, o que implica dizer, tem a ré/embargante em seu poder uma via do documento podendo, assim, não apenas formular a impugnação firmando-se em dados objetivos e reais, como ainda disso fazer prova documental.

Rejeito, portanto, a impugnação.

Quanto aos valores postulados, tem razão o autor quando aponta haja expressa assunção da obrigação de pagamento dos honorários no valor de R\$ 12.000,00 por mês na *cláusula 4.2* do contrato de fls. 16.

À vista dessa circunstância não há como se admitir possa a ré/embargante escudar-se no singelo argumento de que *"não reconhece a obrigação contratual de pagamento de R\$ 12.000,00 por mês ao Requerente"*.

E diga-se mais, ao autor assiste o direito de exigir o cumprimento do contrato *"tal como se suas cláusulas fosse disposições legais pois quem assume obrigação contratual tem de honrar a palavra empenhada e se conduzir pelo modo a que se comprometeu"*, o que em doutrina se define como *força vinculante do contrato*, tendo como principal característica sua *irretratabilidade*, de modo que *"não poderá o contrato ser alterado pela vontade exclusiva de um dos contratantes"*, exigindo, para validade, o *consentimento das duas partes*" (cf ORLANDO GOMES, *Contratos*, Forense, RJ, 1987, p. 179).

Do mesmo modo a obrigação de pagar a multa penal, estipulada com o nítido caráter de indenizar *perdas e danos* a partir do valor fixo de R\$ 24.000,00, não admitindo cálculo proporcional na medida em que o contrato for firmado para vigência por tempo indeterminado (*vide cláusula 5.1, fls. 17*).

Para rematar, cabe destacar não se possa condicionar a admissibilidade da existência da prestação do serviço à emissão, pelo autor, de nota fiscal de serviço.

Inversamente, à ré, ora embargante, é que cumpre exhibir o devido recibo de pagamento, uma vez que, sendo o pagamento *"um dos fatos extintivos da obrigação, ao devedor incumbe prová-lo"*, sendo que essa prova *"tem de ser cabal, produzindo-se com a demonstração de que a prestação cumprida corresponde integralmente ao objeto da*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

obrigação a que se refere” (cf. ORLANDO GOMES ¹).

Portanto, é de rigor afirmar, o pagamento só se comprova mediante a exibição de recibo passado pelo credor, o que não ocorreu no caso em análise, valendo à ilustração o precedente: *"A prova do pagamento se faz mediante a exibição de recibo passado pelo credor. Se o devedor paga deve munir-se da quitação correspondente para que mais tarde não veja contestada sua existência e tenha de pagar novamente"* (cf. Ap. nº 992.06.044457-5 - 26ª Câmara de Direito Privado TJSP - 29/10/2014 ²).

No mesmo sentido: *“APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO MONITÓRIA. CHEQUE. ENDOSSO. DÍVIDA QUITADA. PROVA. A prova do pagamento de dívida que embasa ação monitória incumbe ao devedor por aplicação da regra contida no art. 333, inc. I, do CPC. - O recibo não faz prova consistente da quitação quando com data pretérita à emissão do cheque”* (cf. Ap. Cível nº 70056052376 - 18ª Câmara Cível TJRS - 12/12/2013 ³).

Ainda: *“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA. PAGAMENTO. AUSÊNCIA DE PROVA. Inexistência de recibo de quitação. Juntada de documento que não faz prova do pagamento da obrigação pertinente ao cheque objeto dos autos”* (cf. Ap. Cível nº 70036538197 - 15ª Câmara Cível TJRS - 09/11/2011 ⁴).

No mais, a impugnação aos valores especificamente lançados na planilha que instrui a inicial resta genérica, e, como se sabe, *"a impugnação genérica é inteiramente inócua"* (cf. Ap. n. 455.047-5/00 - Segundo Tribunal de Alçada Civil - votação unânime - MAGNO ARAÚJO, Relator ⁵), principalmente quando não coloca em dúvida, de forma séria, a idoneidade do orçamento ou que instrui o pedido (cf. Ap. n. 989.552-7 - Terceira Câm. Primeiro Tribunal de Alçada Civil - votação unânime - SALLES VIEIRA, Relator ⁶).

Os embargos são, portanto, improcedente, cumprindo seja tomada a dívida pelo seu valor atualizado até a data de propositura da ação, de R\$ 159.455,70, sobre o qual deverão incidir correção monetária pelo índice do INPC, a contar da data do ajuizamento, como ainda juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação.

A ré sucumbe e deverá, assim, arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da dívida, atualizado.

Isto posto JULGO IMPROCEDENTES os embargos opostos por Casa de Saude e Maternidade São Carlos Ltda contra MARCOS ANTONIO FREITAS, e dou por constituído o título executivo judicial pelo valor de R\$ 159.455,70 (*cento e cinquenta e nove mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais e setenta centavos*), o qual deverá ser acrescido correção monetária pelo índice do INPC, a contar da data do ajuizamento, como ainda juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação, e CONDENO a ré/embargante ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da dívida, atualizado.

Um a vez transitada em julgado, intime-se o devedor, na pessoa de seu

¹ ORLANDO GOMES, *Obrigações*, Forense, RJ, 1986, p. 136.

² <http://www.tjrs.jus.br/busca>

³ www.esaj.tjrs.jus.br/busca.

⁴ www.esaj.tjrs.jus.br/busca.

⁵ JTACSP - Volume 160 - Página 259.

⁶ LEX - JTACSP - Volume 190 - Página 176.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

procurador, a pagar o valor da condenação, conforme conta apresentada pelo credor, no prazo de quinze (15) dias, sob pena de que seja acrescida multa de dez por cento (10%) do valor da dívida.

Publique-se e Intime-se.

São Carlos, 19 de novembro de 2018.

VILSON PALARO JÚNIOR
Juiz de direito.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA